

Alberto do Amaral Júnior

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

5ª EDIÇÃO

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2015

© 2008 by Editora Atlas S.A.

A primeira edição trazia o título *Introdução ao direito internacional público*;
2. ed. 2011; 3. ed. 2012; 4. ed. 2013; 5. ed. 2015



Capa: Leonardo Hermano
Projeto gráfico e composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amaral Júnior, Alberto do
Curso de direito internacional público / Alberto do Amaral Júnior. –
5. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-9684-6
ISBN 978-85-224-9685-3 (PDF)

1. Direito internacional público I. Título.

08-04818
CDU-341

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito internacional público 341

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nêbias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

1 O direito e a ordem internacional, 1

- 1.1 O ponto de partida, 1
- 1.2 Características da ordem internacional, 8
- 1.3 A importância do direito para a ordem internacional, 13
- 1.4 O direito internacional público e o direito internacional privado: uma dicotomia atenuada, 17
- 1.5 As funções do direito internacional público, 20
- 1.6 O território: elemento constitutivo da ordem internacional de Westfália, 26
- 1.7 A ordem internacional de Westfália, 29
- 1.8 A globalização e a mudança da ordem internacional de Westfália, 35

2 Fontes de direito internacional público: Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, 43

- 2.1 Fontes de direito, 43
- 2.2 Fontes de direito internacional, 44
- 2.3 Os tratados internacionais, 47
 - 2.3.1 A relevância dos tratados internacionais, 47
 - 2.3.2 A noção de tratado, 48
 - 2.3.3 Notas típicas dos acordos internacionais, 50
 - 2.3.4 Competência para negociar e ratificar tratados na França e nos Estados Unidos, 54
 - 2.3.5 Tratados e convenções celebrados pelo Brasil com nações estrangeiras, 56

- 2.3.6 As reservas, 59
- 2.3.7 Os vícios do consentimento, 62
- 2.3.8 A vigência dos tratados internacionais, 64
 - 2.3.8.1 Os vários prismas da norma jurídica internacional: fundamento, validade e eficácia, 64
 - 2.3.8.2 A vigência dos tratados internacionais, 66
- 2.3.9 A publicidade dos tratados, 68
- 2.3.10 Promulgação e publicidade dos tratados no Brasil, 70
- 2.3.11 Efeitos dos tratados, 72
- 2.3.12 A modificação dos tratados, 77
- 2.3.13 O conflito de tratados internacionais, 86
- 2.3.14 A colisão entre os tratados comerciais e ambientais, 89
- 2.3.15 A interpretação dos tratados internacionais, 95
 - 2.3.15.1 Sentido ordinário e sentido particular, 97
 - 2.3.15.2 Interpretação evolutiva, 98
 - 2.3.15.3 Contexto, 100
 - 2.3.15.4 Objeto e propósito, 104
 - 2.3.15.5 Trabalhos preparatórios, 106
 - 2.3.15.6 O princípio do efeito útil, 108
 - 2.3.15.7 A escolha da norma mais favorável na interpretação dos tratados sobre direitos humanos, 110
 - 2.3.15.8 O princípio da proporcionalidade, 111
- 2.3.16 Presunções e máximas interpretativas, 114
- 2.3.17 Extinção dos tratados internacionais, 116
- 2.3.18 As obrigações *erga omnes*, 118
- 2.3.19 As normas imperativas (*jus cogens*), 124
- 2.4 O costume, 130
 - 2.4.1 O costume no direito interno e no direito internacional, 130
 - 2.4.2 A revitalização do costume, 134
- 2.5 Os princípios gerais de direito, 137
 - 2.5.1 A importância dos princípios gerais de direito, 137
 - 2.5.2 Os princípios gerais de direito no Estatuto da Corte Internacional de Justiça, 138
- 2.6 Fontes auxiliares: a jurisprudência e a doutrina, 140
- 2.7 Atos unilaterais dos Estados, 143
- 2.8 A proliferação normativa e o risco de fragmentação do direito internacional, 146
- 2.9 O “diálogo” das fontes: uma nova perspectiva sobre a relação entre as normas internacionais, 152
 - 2.9.1 O “diálogo” sistemático de coerência, 157
 - 2.9.2 O “diálogo” de coordenação e adaptação, 158

- 2.9.3 O “diálogo” sistemático de complementaridade, 160
- 2.10 A integração e aplicação do direito internacional, 163
- 3 Sujeitos de direito internacional público, 169**
 - 3.1 Pessoas jurídicas, 169
 - 3.2 O Estado, 171
 - 3.2.1 Estado unitário, estado federal e confederação de Estados, 176
 - 3.3 A subjetividade jurídica das organizações internacionais, 178
 - 3.4 O indivíduo como sujeito de direito internacional, 181
 - 3.5 A humanidade como sujeito de direito internacional, 182
- 4 As organizações internacionais, 185**
 - 4.1 O aparecimento das organizações internacionais, 185
 - 4.2 A constituição e a estrutura institucional das organizações internacionais, 187
 - 4.3 Os atos unilaterais das organizações internacionais, 188
 - 4.4 A competência normativa externa das organizações internacionais, 190
 - 4.5 Os atos unilaterais das organizações de integração econômica: o caso da União Europeia, 193
 - 4.6 Os atos unilaterais da Organização Mundial do Comércio, 194
 - 4.7 Sentido e alcance da produção normativa das organizações internacionais, 197
 - 4.8 A Organização das Nações Unidas, 200
 - 4.9 A administração internacional de territórios, 206
- 5 O direito internacional e o uso da força, 213**
 - 5.1 O papel da força para o direito internacional, 213
 - 5.2 O uso da força e a Carta das Nações Unidas, 219
 - 5.3 A formação histórica do princípio de não intervenção, 224
 - 5.4 A não intervenção na Carta da ONU, 232
 - 5.5 Os desafios da não intervenção, 240
 - 5.6 A assistência humanitária nas catástrofes naturais, industriais e nos conflitos armados, 244
 - 5.7 Os corredores humanitários, 248
 - 5.8 As zonas de proteção das vítimas de conflitos armados, 250
 - 5.9 O Conselho de Segurança e as novas dimensões da paz, 252
 - 5.10 O desarmamento, 262
- 6 A solução pacífica de controvérsias, 265**
 - 6.1 As controvérsias internacionais na atualidade, 265
 - 6.2 A noção de controvérsia internacional, 268
 - 6.3 Os meios diplomáticos de solução de controvérsias, 273
 - 6.4 Os meios jurisdicionais de solução de controvérsias, 277
 - 6.4.1 A arbitragem, 280

- 6.4.2 A Corte Internacional de Justiça, 284
- 6.4.3 O Tribunal Internacional do Direito do Mar, 290
- 6.4.4 O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia, 292
- 6.4.5 O Tribunal Penal Internacional para Ruanda, 293
- 6.4.6 A importância da jurisprudência dos tribunais para a antiga Iugoslávia e para Ruanda, 294
- 6.4.7 O Tribunal Penal Internacional, 295
- 6.5 Efeitos do aumento dos meios jurisdicionais de solução de controvérsias, 305
- 7 A sanção no direito internacional, 309**
 - 7.1 A definição de sanção, 309
 - 7.2 As exceções humanitárias à aplicação de sanções, 311
 - 7.3 A sanção no direito internacional econômico: o caso da OMC, 315
- 8 A responsabilidade do estado no direito internacional público, 319**
 - 8.1 A evolução da teoria geral da responsabilidade do Estado, 319
 - 8.2 A responsabilidade do Estado no direito brasileiro, 322
 - 8.3 Proteção diplomática, 324
 - 8.4 A responsabilidade do Estado no direito internacional público, 327
 - 8.4.1 As características da responsabilidade internacional do Estado, 327
 - 8.4.2 Os elementos da responsabilidade internacional do Estado, 330
 - 8.4.3 A violação de normas imperativas de direito internacional geral, 336
 - 8.4.4 As contramedidas, 337
 - 8.4.5 Causas atenuantes e causas que excluem a ilicitude, 338
 - 8.4.6 A reparação do dano, 339
 - 8.4.7 Responsabilidade por atos não proibidos ou por risco, 342
- 9 A imunidade das pessoas físicas e do estado, 345**
 - 9.1 Desenvolvimento histórico da imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, 345
 - 9.2 O conteúdo da imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos e consulares, 348
 - 9.3 A imunidade do Estado como pessoa jurídica de direito internacional, 350
 - 9.4 A imunidade de jurisdição na jurisprudência brasileira, 355
 - 9.5 As Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares e a salvaguarda dos direitos do homem, 356
- 10 Sucessão de estado, 359**
 - 10.1 Aspectos gerais, 359

- 10.2 Os efeitos da sucessão de Estados, 361
- 10.3 Os efeitos da sucessão de Estados em matéria de bens, 361
- 10.4 Os efeitos da sucessão de Estados sobre os direitos de natureza privada, 362
- 10.5 Os efeitos da sucessão de Estados sobre a nacionalidade, 363
- 10.6 A sucessão de Estados e as organizações internacionais, 363
- 11 Reconhecimento de estado e de governo, 365**
 - 11.1 Reconhecimento de Estado, 365
 - 11.2 Reconhecimento de governo, 368
- 12 A competência territorial e a competência pessoal do estado, 371**
 - 12.1 Duas competências fundamentais, 371
 - 12.2 Competência territorial, 372
 - 12.3 Competência pessoal, 374
 - 12.3.1 Estado e nação, 374
 - 12.3.2 O direito à nacionalidade, 376
 - 12.3.3 A nacionalidade, 378
 - 12.3.4 A população brasileira, 380
 - 12.4 Condição jurídica do estrangeiro, 383
 - 12.4.1 Proteção jurídica do estrangeiro no Brasil, 384
 - 12.4.2 Deportação, 387
 - 12.4.3 Expulsão, 387
 - 12.4.4 Extradicação, 387
- 13 O domínio público internacional, 391**
 - 13.1 As regiões polares, 391
 - 13.2 As transformações do Direito do Mar, 394
 - 13.2.1 Observações preliminares, 394
 - 13.2.2 As novas dimensões do Direito do Mar, 394
 - 13.2.3 Causas da transformação do Direito do Mar, 397
 - 13.2.4 A Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 399
 - 13.2.5 A Convenção de Montego Bay sobre o Direito do Mar, 401
 - 13.2.6 O alto-mar, os fundos marinhos e a proteção do meio ambiente, 404
 - 13.2.7 O Brasil e o novo Direito do Mar, 407
 - 13.2.8 O significado da Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 408
 - 13.3 Canais internacionais ou interoceânicos, 410
 - 13.4 Rios internacionais, 412
 - 13.4.1 Alguns casos de regimes especiais, 413

- 13.5 Espaço aéreo e extra-atmosférico, 415
 - 13.5.1 Espaço extra-atmosférico, 417

14 Direito internacional econômico: organização mundial do comércio: gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias, 421

- 14.1 A ordem econômica internacional do segundo pós-guerra, 421
- 14.2 A Organização Mundial do Comércio, 430
- 14.3 Os princípios da OMC, 432
- 14.4 A estrutura institucional da OMC, 434
- 14.5 A solução de controvérsias na OMC, 435
- 14.6 Os países em desenvolvimento e a solução de controvérsias na OMC, 440
 - 14.6.1 O GATT, 440
 - 14.6.2 As disposições sobre tratamento especial e diferenciado na OMC, 442
- 14.7 Os desafios da ordem econômica global, 447

15 O direito da integração: MERCOSUL e União Europeia, 453

- 15.1 Noções gerais, 453
- 15.2 Os primórdios da integração na América do Sul: a experiência da ALALC e da ALADI, 457
- 15.3 Fatores que propiciaram a constituição do MERCOSUL, 459
- 15.4 Características gerais do MERCOSUL, 461
- 15.5 Órgãos do MERCOSUL, 462
 - 15.5.1 O Conselho do Mercado Comum, 462
 - 15.5.2 O Grupo Mercado Comum, 465
 - 15.5.3 A Comissão de Comércio do MERCOSUL, 467
 - 15.5.4 Parlamento, 469
 - 15.5.5 A Secretaria Administrativa do MERCOSUL, 472
 - 15.5.6 Comitês Técnicos, 473
 - 15.5.7 Foro Consultivo Econômico-Social, 473
- 15.6 A solução de controvérsias no MERCOSUL, 474
 - 15.6.1 A evolução do sistema de solução de controvérsias no Mercosul, 474
 - 15.6.2 A experiência do Protocolo de Olivos, 476
- 15.7 A gênese da União Europeia, 482
- 15.8 A estrutura institucional da União Europeia, 490
 - 15.8.1 O Conselho Europeu, 490
 - 15.8.2 O Parlamento Europeu, 491
 - 15.8.3 O Conselho da União Europeia, 494
 - 15.8.4 A Comissão Europeia, 496
 - 15.8.5 O Tribunal de Contas, 498
 - 15.8.6 O Tribunal de Justiça, 498
 - 15.8.7 O Banco Central Europeu, 502

16 A proteção internacional dos direitos humanos, 503

- 16.1 A afirmação histórica dos direitos humanos, 503
- 16.2 A internacionalização dos direitos humanos, 507
- 16.3 A elaboração dos pactos de 1966, 510
- 16.4 O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 511
- 16.5 O Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, 513
- 16.6 Os instrumentos especiais de proteção dos direitos humanos, 515
- 16.7 Asilo e refúgio, 519
- 16.8 Mecanismos não convencionais de proteção dos direitos humanos de natureza universal, 524
- 16.9 Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, 528
 - 16.9.1 Uma complementaridade necessária, 528
 - 16.9.2 O sistema europeu, 530
 - 16.9.3 O sistema interamericano, 531
 - 16.9.4 O sistema africano, 536
- 16.10 O impacto da proteção dos direitos humanos sobre a noção de domínio reservado, 537
- 16.11 Consequências da proteção internacional dos direitos humanos, 542

17 A aplicação do direito internacional pelo juiz brasileiro, 547**18 O direito internacional e a proteção do meio ambiente, 559**

- 18.1 Introdução, 559
- 18.2 A regulação internacional do meio ambiente, 562
- 18.3 As instituições e os bens ambientais, 573
- 18.4 As fontes do direito internacional do meio ambiente, 577
 - 18.4.1 O tratado e o costume, 577
 - 18.4.2 O papel dos princípios gerais de direito internacional, 586
 - 18.4.3 As decisões judiciais e a doutrina, 598
 - 18.4.4 O *soft law* e a elaboração de *standards* privados, 598
 - 18.4.5 Transformações no direito internacional do meio ambiente, 604
- 18.5 O desenvolvimento sustentável, 606
- 18.6 O direito ao meio ambiente sadio, 617
- 18.7 O interesse comum da humanidade, 629

19 A proteção do meio ambiente e o comércio internacional, 635

- 19.1 As restrições comerciais autorizadas pelos tratados sobre a proteção do meio ambiente, 635
- 19.2 As exceções comerciais e a proteção do meio ambiente no GATT, 639

- 19.2.1 O sentido do art. XX do GATT, 639
- 19.2.2 Os recursos naturais, 644
- 19.2.3 A interpretação do *caput* do art. XX do GATT, 649
- 19.3 O Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, 651
- 19.4 O Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, 655
- 19.5 O TRIPS e a Convenção sobre Diversidade Biológica, 660
- 19.6 A transferência de tecnologia, 669
- 19.7 A proteção das plantas e dos vegetais, 671
- 20 Coexistência, cooperação e solidariedade: a mudança da estrutura e da função do direito internacional público, 679**
- 21 A justiça e o direito internacional, 691**
- Referências bibliográficas, 703*